



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

(90008/2026)

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(158124)

OBJETO Aquisição de vestimentas de identificação institucional, incluindo camisetas, shorts, agasalhos, jaquetas, polos, peças esportivas e coletes, conforme especificações técnicas.

VALOR MÍNIMO DE OUTORGA (REFERÊNCIA) (VMO)

R\$ 2.318.153,90

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/05/2026 às 08h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO (OPERACIONAL NO SISTEMA):

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA

Não

PREGÃO ELETRÔNICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

Processo Administrativo nº 23216.002654.2025-12

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO, CNPJ 10.651.417/0009-25, por meio do(a) SETOR DE COMPRA E LICITAÇÕES, sediado (a) ARAGUAIA, 00, LOTE 71, bairro SETOR OESTE, na cidade de CRISTALINA/GO, CEP 73850000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 14/05/2026

Hora Inicial: 08:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de vestimentas de identificação institucional, incluindo camisetas, shorts, agasalhos, jaquetas, polos, peças esportivas e coletes, conforme especificações técnicas. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei](#)

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade

1 Seq	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo Item/Grupo	Unitário Periodicidade
2	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	Unitário
3	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	Unitário
4	Grupo 4: Proteção Solar	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	R\$ 0,10
2	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	R\$ 0,10
3	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	R\$ 0,10
4	Grupo 4: Proteção Solar	R\$ 0,10

- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação sem integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato;

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pessoa física: cédula de identidade RG ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante

mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://suap.ifgoiano.edu.br/processo_eletronico/processo/130314/

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4,

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao.crt@ifgoiano.edu.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://suap.ifgoiano.edu.br/processo_eletronico/processo/130314/

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II – Caderno de Especificações Técnicas

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

16.11.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.5. ANEXO V - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.6. ANEXO VI - Termo de Ciência e concordância

CRISTALINA , 27 de Março de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Lucas Rodrigues de Amorim
Pregoeiro

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Lucas Rodrigues de Amorim, COORDENADOR(A) - FG1 - CCL-CRT**, em 30/04/2026 11:12:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/04/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 814655

Código de Autenticação: 9539f7a070



Campus Cristalina
Rua Araguaia, Loteamento 71, SN, Setor Oeste, CRISTALINA / GO, CEP 73850-000
(61) 3612-8500

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Termo de Referência 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	LUCAS RODRIGUES DE AMORIM	30/04/2026 10:51 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23216.002654.2025-12

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Aquisição de **vestimentas de identificação institucional**, incluindo **camisetas, shorts, agasalhos, jaquetas, polos, peças esportivas e coletes**, conforme especificações técnicas, visando atender às necessidades de identificação e padronização dos estudantes beneficiários das ações de assistência estudantil e demais públicos-alvo dos campi e da Reitoria do IF Goiano participantes desta contratação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CAMPOS BELOS
1	Item 1 – Camiseta em Malha PV (Uniforme/Eventos)	430185	UND	1200
2	Item 2 – Camiseta em Malha Modal (Uniforme/Eventos)	430185	UND	1400
3	Item 3 – Camiseta em Poliamida com Tecnologia DryFit (Atividade Física/Eventos)	480883	UND	*****
4	Item 4 – Short Masculino	611668	UND	*****
5	Item 5 – Short Feminino	611670	UND	*****
6	Item 6 – Blusão de Frio em Moletom 3 Cabos	630240	UND	400

7	Item 7 – Jaqueta de Frio em Moletom 3 cabos com zíper e capuz	487686	UND	****
8	Item 8 – Kit Atleta: camiseta personalizada com manga, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz.	626033	KIT	150
9	Item 9 – Camiseta Polo em Malha Piquet	630235	UND	400
10	Item 10 – Camiseta Manga Longa com Proteção UV	485481	UND	200
11	Item 11 – Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)	480169	UND	*****
12	Item 12 – Coletes	464824	UND	
13	Item 13 – Coletes (Processo seletivo e eventos)	482286	UND	

ITEM	CATALÃO	CERES	CRISTALINA	HIDROLÂNDIA	IPAMERI	IPORÁ
1	1000		1000		430	3350
2		1500	1000		430	800
3			660		430	800
4						
5						
6			360			
7	240				220	
8			50			210
9	50		60			

10			120		40	600
11			120			
12			120			250
13			60			

ITEM	MORRINHOS	POSSE	REITORIA	RIO VERDE	TRINDADE	URUTAI
1	441	1500	5000	3000	2000	3000
2			*****	60		300
3	441	300	*****	80		1000
4	210	150	*****	40	180	600
5	210	150	*****	40		400
6	210		100	10		
7		50	*****	3000	400	300
8	48		*****	100	60	
9	210	300	*****	50		
10	210	300	*****			
11	210		*****			
12	48		200	20		200
13			200			

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL	Preço Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Item 1 – Camiseta em Malha PV (Uniforme/Eventos)	21921	R\$ 26,00	R\$ 569.946,00
2	Item 2 – Camiseta em Malha Modal (Uniforme/Eventos)	5490	R\$ 116,24	R\$ 638.157,60
3	Item 3 – Camiseta em Poliamida com Tecnologia DryFit (Atividade Física/Eventos)	3711	R\$ 20,60	R\$ 76.446,60
4	Item 4 – Short Masculino	1180	R\$ 28,00	R\$ 33.040,00
5	Item 5 – Short Feminino	800	R\$ 20,25	R\$ 16.200,00
6	Item 6 – Blusão de Frio em Moletom 3 Cabos	1080	R\$ 99,00	R\$ 106.920,00
7	Item 7 – Jaqueta de Frio em Moletom 3 cabos com zíper e capuz	4210	R\$ 114,00	R\$ 479.940,00
8	Item 8 – Kit Atleta: camiseta personalizada com manga, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz.	618	R\$ 250,00	R\$ 154.500,00
9	Item 9 – Camiseta Polo em Malha Piquet	1070	R\$ 46,49	R\$ 49.744,30
10	Item 10 – Camiseta Manga Longa com Proteção UV	1470	R\$ 49,42	R\$ 72.647,40
11	Item 11 – Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)	330	R\$ 201,60	R\$ 66.528,00
12	Item 12 – Coletes	838	R\$ 18,00	R\$ 15.084,00
13	Item 13 – Coletes (Processo seletivo e eventos)	260	R\$ 150,00	R\$ 39.000,00

3.1 Estimativa Total Preliminar: R\$ 2.318.153,90

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3 O fornecimento do objeto será realizado sob demanda, mediante emissão de Ordens de Fornecimento (OF), com entregas em remessa única por OF, observadas as quantidades mínimas e os prazos de entrega estabelecidos no item 5 deste Termo de Referência, sem prejuízo do fracionamento das solicitações ao longo da vigência da ata de registro de preços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 Os fornecedores devem demonstrar compromisso com práticas de sustentabilidade, incluindo a utilização de matérias-primas renováveis ou recicladas e a adoção de processos produtivos que minimizem o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos;

4.1.3 As vestimentas devem ser projetadas para facilitar a identificação, incorporando elementos gráficos que respeitem a identidade visual do IF Goiano e garantindo a conformidade com normas de segurança e funcionalidade, visando o conforto e a durabilidade;

4.1.4 A contratação deve incluir cláusulas que exijam a implementação de logística reversa para o descarte adequado das vestimentas, além de promover a conscientização sobre a importância da sustentabilidade dentro da comunidade acadêmica.

4.2 Da exigência de amostra

4.2.1 A exigência de apresentação de amostras, bem como a previsão de exame de conformidade dos produtos ofertados, fundamenta-se no art. 17, § 3º, no art. 41, inciso II, e no art. 42, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e tem por objetivo evitar a aquisição de vestimentas com padrão de qualidade inferior ao necessário, especialmente em licitações cujo critério de julgamento é o de menor preço. Em certames anteriores, houve entrega de produtos em

desconformidade com as especificações, com retrabalho, atrasos e risco de descontinuidade no atendimento. Nesse contexto, a exigência de amostras constitui medida preventiva e proporcional, permitindo à equipe técnica verificar previamente atributos essenciais (qualidade do tecido, acabamento, fidelidade das cores e da identidade visual, conforto e durabilidade), assegurando a adequada observância das condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

4.2.2 Serão exigidas amostras de todos os itens.

4.2.2.1 Será exigida a apresentação de amostras para todos os itens descritos no item 1.1.1 deste Termo de Referência, de modo que cada licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, para cada item ofertado, ao menos uma peça representativa que permita a avaliação da conformidade com as especificações técnicas, da qualidade da confecção e da observância à identidade visual institucional.

4.2.3 O não atendimento, sem justificativa aceita pela Administração, à obrigação de apresentação da amostra no prazo fixado, ou a apresentação de amostra em desconformidade evidente com as especificações, caracterizará inexecução total ou parcial de obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial advertência, multa e, em casos graves ou reiterados, impedimento de licitar e contratar com a União, sem prejuízo da recusa da proposta e da convocação dos demais classificados.

4.2.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2.5 As amostras poderão ser entregues no endereço: Rua 88, 310 - St. Sul, Goiânia - GO, 74085-010, A/C de Rafael Pinheiro, na Diretoria de Assuntos Estudantis, no prazo limite de 10 (dez) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

4.2.6 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.2.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.2.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.2.6.1 Itens (Costura; medidas; estampas; bordados; cores e tecido).

4.2.7 Além das especificações detalhadas no Edital, é imprescindível que os produtos demonstrem alta qualidade na confecção, garantindo a ausência de falhas, costuras repuxadas ou empapuçadas, bem como a uniformidade de tamanho em mangas, laterais, ombros, pernas, e demais partes. Qualquer discrepância nesses aspectos pode comprometer a aceitabilidade do produto. Adicionalmente, será permitida uma tolerância máxima de dois pontos nos encontros das costuras, garantindo um padrão mínimo de acabamento e precisão.

4.2.8 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.2.9 As amostras devem incluir pelo menos um exemplar de cada modelo e cor propostos, acompanhadas de um laudo técnico que ateste a resistência e durabilidade dos materiais utilizados, conforme as normas vigentes.

4.2.9 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2.10 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.2.11 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.2.12 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.3 Subcontratação

4.3.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.3 É vedada a subcontratação total ou parcial da obrigação principal, incluindo a fabricação e a entrega das vestimentas, de modo a garantir a qualidade e a identidade institucional exigidas.

4.3.4 O contratado não poderá transferir a execução das atividades relacionadas à confecção das vestimentas a terceiros, assegurando que todas as etapas do processo produtivo sejam realizadas pela própria empresa contratada.

4.3.5 A vedação à subcontratação se estende a qualquer parte do serviço, incluindo a personalização das peças com logomarca e elementos gráficos oficiais, a fim de preservar a padronização visual da instituição.

4.3.6 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.6.1 A confecção das camisetas e polos poderá ser subcontratada a uma empresa especializada em vestuário promocional, garantindo a qualidade dos materiais e a aplicação correta da logomarca.

4.3.6.2 Os serviços de embalagem e logística de entrega dos itens poderão ser subcontratados a uma empresa de transporte que atenda aos padrões de segurança e eficiência definidos pela instituição.

4.3.7 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.8 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.9 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.10 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.4 Garantia da Contratação

4.5.1 A exigência de garantia contratual, complementar à garantia legal, fundamenta-se no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, e justifica-se em razão do histórico recente de descumprimento de obrigações por fornecedores em pregões anteriores do IF Goiano, que, após adjudicados, deixaram de efetuar as entregas sob alegação de defasagem de preços. Tal medida visa mitigar o risco de inexecução contratual, assegurar o cumprimento das quantidades e prazos registrados na ata de registro de preços e resguardar o interesse público, especialmente considerando o caráter multicampi da contratação, a natureza continuada do fornecimento e o impacto direto dos uniformes na identificação institucional dos estudantes.

4.5.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.5.3 fornecimento de bens de vestuário ou uniformes institucionais, com ou sem personalização por estampa e/ou bordado, em características similares às dos itens desta licitação (camisetas, agasalhos, jaquetas, shorts, coletes e congêneres), em quantidade mínima equivalente a até 50% (cinquenta por cento) da quantidade total estimada para o conjunto dos itens licitados, considerada como parcela de maior relevância para fins do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, admitido o somatório de diferentes atestados de contratos executados de forma concomitante;

4.5.4 contratos já executados ou em execução, sem limitação de tempo ou de local de prestação dos serviços ou de fornecimento dos bens, que indiquem, no mínimo, a descrição do objeto, a quantidade fornecida, o período de execução e a regularidade da entrega dos produtos; e 9.34.1.3. atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado ou outro meio idôneo, contendo identificação completa do emitente (razão social, CNPJ e endereço), identificação do contratado, descrição sucinta do objeto, quantidade fornecida, datas de início e término da execução contratual e declaração de que o desempenho da contratada foi satisfatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1 Considerando a natureza da contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP), a consolidação de demandas multicampi e a imprevisibilidade na liberação de créditos orçamentários por parte dos campi, as entregas dos itens serão realizadas de forma flexível e sob demanda. Para garantir a economicidade da contratação e a viabilidade operacional do fornecedor, as Ordens de Fornecimento (OF) deverão observar as seguintes condições e quantidades mínimas:

A quantidade mínima de cada item a ser solicitada por campus em uma mesma Ordem de Fornecimento corresponderá, em regra, a 10% (dez por cento) da quantidade total estimada para aquele item no respectivo campus, arredondada para a unidade inteira superior, observado o piso mínimo de 30 (trinta) unidades por item. Quando o resultado do percentual for inferior a 30 (trinta) unidades, será adotada, preferencialmente, a quantidade mínima de 30 (trinta) unidades, admitida flexibilização em casos devidamente justificados pela unidade demandante.

Campus	Grupo de Itens	Item (Código – Descrição)	Quantidade Total Declarada	Quantidade Mínima por OF (por Campus)	Prazo de Entrega (após emissão da OF)
Campos Belos	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	1.200	120	Até 30 dias corridos
		2 – Camiseta em Malha Modal	1.400	140	Até 30 dias corridos
		9 – Camiseta Polo em Malha Piquet	400	40	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e	3 – Camiseta DryFit	-	-	Até 30 dias corridos

	Esportivas				
		4 – Short Masculino	-	-	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	-	-	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	150	30	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	250	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	400	40	Até 30 dias corridos
		7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 – Camiseta Manga Longa UV	200	30	Até 30 dias corridos
		11 – Camisa Manga Longa UV 50+	-	-	Até 30 dias corridos
Catalão	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	1.000	100	Até 30 dias corridos
		9 – Camiseta Polo em Malha Piquet	50	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	-	-	Até 30 dias corridos
		4 – Short Masculino	-	-	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	-	-	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	-	-	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	240	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 – Camiseta Manga Longa UV	40	30	Até 30 dias corridos
Ceres	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	2 – Camiseta em Malha Modal	1.500	150	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	-	-	Até 30 dias corridos
		4 – Short Masculino	-	-	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	-	-	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	-	-	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
		7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 – Camiseta Manga Longa UV	-	-	Até 30 dias corridos
		11 – Camisa Manga Longa UV 50+	-	-	Até 30 dias corridos
Cristalina	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	1.000	100	Até 30 dias corridos
	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	2 – Camiseta em Malha Modal	1.000	100	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	660	66	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 - Blusão de Frio em Moletom 3 cabos	360	36	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	8 - Kit Atleta	50	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	9 - Camiseta Polo em Malha Piquet	60	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 - Camiseta Manga Longa com Proteção UV	120	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	11 - Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)	120	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	12 - Coletes (Atividade Física)	120	30	Até 30 dias corridos

	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	13 - Coletes (Processo seletivo e eventos)	60	30	Até 30 dias corridos
Hidrolândia	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	-	-	Até 30 dias corridos
		2 – Camiseta em Malha Modal	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	-	-	Até 30 dias corridos
		4 – Short Masculino	-	-	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	-	-	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	-	-	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
		7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 – Camiseta Manga Longa UV	-	-	Até 30 dias corridos
		11 – Camisa Manga Longa UV 50+	-	-	Até 30 dias corridos
Ipameri	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	430	43	Até 30 dias corridos
		2 – Camiseta em Malha Modal	430	43	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	430	43	Até 30 dias corridos
		4 – Short Masculino	-	-	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	-	-	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	-	-	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
		7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	-	-	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 – Camiseta Manga Longa UV	-	-	Até 30 dias corridos
		11 – Camisa Manga Longa UV 50+	-	-	Até 30 dias corridos
Iporá	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	3.350	335	Até 30 dias corridos
		2 – Camiseta em Malha Modal	800	80	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	800	80	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	210	30	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	48	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	210	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 4: Proteção Solar	10 – Camiseta Manga Longa UV	-	-	Até 30 dias corridos
Morrinhos	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	441	44	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	441	44	Até 30 dias corridos
		4 – Short Masculino	210	30	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	210	30	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	48	30	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	200	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	210	30	Até 30 dias corridos
Posse	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	1.500	150	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	15	30	Até 30 dias corridos

	Esportivas				
		4 – Short Masculino	150	30	Até 30 dias corridos
		5 – Short Feminino	150	30	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	200	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	100	30	Até 30 dias corridos
		7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	50	30	Até 30 dias corridos
Reitoria	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	3.000	300	Até 30 dias corridos
Rio Verde	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	5.000	500	Até 30 dias corridos
		2 – Camiseta em Malha Modal	60	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3 – Camiseta DryFit	300	30	Até 30 dias corridos
		8 – Kit Atleta	100	30	Até 30 dias corridos
		12 – Coletes (Atividade)	20	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6 – Blusão Moletom 3 Cabos	10	30	Até 30 dias corridos
		7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	3.000	300	Até 30 dias corridos
Trindade	Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1 – Camiseta em Malha PV	2.000	200	Até 30 dias corridos
	Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	8 – Kit Atleta	60	30	Até 30 dias corridos
	Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	7 – Jaqueta Moletom 3 Cabos	400	40	Até 30 dias corridos

5.1.2 Os bens deverão ser entregues no seguintes endereços:

Endereços de entrega dos campus	
1. <i>Campus Campos Belos</i>	<i>Rodovia GO-118 Qd. 1-A LT. 1, Novo Horizonte, Campos Belos - GO, CEP: 73840-000</i>
2. <i>Campus Catalão</i>	<i>Rua Ademar Ferrugem, 840, Santo Antonio Catalão - GO CEP: 75.701-140</i>
3. <i>Campus Ceres</i>	<i>Rodovia GO-154, km 03, s/n - Zona Rural, Ceres - GO, CEP: 76300-000</i>
4. <i>Campus Cristalina</i>	<i>Rua Araguaia, 1305 - Lot. 71 - Oeste- Lot. 71, Cristalina - GO, CEP: 73850-000</i>
5. <i>Campus Hidrolândia</i>	<i>Estrada São Braz, km 04, Zona Rural, Hidrolândia – GO, CEP: 75.340-000</i>
6. <i>Campus Ipameri</i>	<i>Av. Vereador José Benevenuto Filho, Qd. 11, s/nº, Setor Universitário, Ipameri-GO ,CEP 75780-000</i>

7. <i>Campus Iporá</i>	<i>Av. Oeste, nº 350, Parque União, Iporá – GO, CEP: 76.200-000</i>
8. <i>Campus Morrinhos</i>	<i>BR-153, Km 633, Zona Rural, Morrinhos -GO, CEP 75650-000</i>
9. <i>Campus Posse</i>	<i>Fazenda Vereda do Canto, GO 453, km 2,5, Posse – GO, CEP: 73.900-000</i>
10. <i>Reitoria</i>	<i>Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia – GO, CEP 74085-010</i>
11. <i>Campus Rio Verde</i>	<i>Rodovia Sul Goiana, km 01, Zona Rural, Rio Verde – GO, CEP: 75.901-970</i>
12. <i>Campus Trindade</i>	<i>Av. Wilton Monteiro da Rocha, s/n, Setor Cristina II, Trindade – GO, CEP: 75389-269</i>
13. <i>Campus Urutaí</i>	<i>Rodovia Geraldo Silva Nascimento, km. 2,5, Zona Rural, Urutaí – GO, CEP: 75.790-000</i>

5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 Fiscalização

6.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7 Fiscalização Técnica

6.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.1.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.1.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.1.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.1.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.1 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1.1 A fiscalização da empresa contratada será realizada por equipe designada, que acompanhará o cumprimento das especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, realizando inspeções periódicas das vestimentas entregues.

6.9.1.2 Serão realizadas auditorias trimestrais para verificar a conformidade dos produtos com as normas de sustentabilidade e qualidade, garantindo que os materiais utilizados atendam aos critérios estabelecidos pelo IF Goiano.

6.9.1.3 A fiscalização incluirá a análise de amostras físicas dos itens fornecidos, assegurando que as vestimentas entregues correspondam às amostras aprovadas, bem como a verificação da documentação necessária, como os Certificados de Aprovação (CA) dos EPIs..];

6.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.11 Cabe ao gestor do contrato:

6.11.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.3. Multa

7.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3.4.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.4.2.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3.4.2.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação

7.3.4.2.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3.4.2.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3.4.2.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3.4.2.6.1 A inexecução parcial do contrato poderá ocorrer nas seguintes situações: entrega incompleta do objeto contratado, descumprimento parcial das especificações técnicas, como, por exemplo, a entrega de vestimentas que não atendam aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos, e inexecução de obrigações acessórias que não causem prejuízo grave à execução do contrato. Para essas situações, as penalidades serão tratadas de forma diferenciada, podendo resultar em advertência para casos menos graves. No caso de penalidades mais sérias, como a entrega de itens com qualidade insatisfatória que comprometam a segurança ou a

funcionalidade, a multa será proporcional à gravidade da infração, variando entre 0,5% e 30% do valor do contrato, conforme previsto no art. 156 §3º da Lei 14.133/2

7.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

7.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8. 27 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/02/2026.

8.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A1] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A2] .

8.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

DE FORNECIMENTO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado.

9.3 Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 1 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1.1 deste Termo de Referência.

9.4 Exigências de habilitação

9.4.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.5 Habilitação jurídica

9.5 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-financeira

- 9.22 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

9.25 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do *valor total estimado da parcela pertinente*.

9.26 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.2 fornecimento de bens de vestuário ou uniformes institucionais, com ou sem personalização por estampa e/ou bordado, em características similares às dos itens desta licitação (camisetas, agasalhos, jaquetas, shorts, coletes e congêneres), em quantidades compatíveis com o objeto ora licitado, admitido o somatório de diferentes atestados de contratos executados de forma concomitante;

9.31.3 contratos executados nos últimos 3 (três) anos, contados retroativamente da data de abertura da licitação, preferencialmente celebrados com pessoas jurídicas de direito público ou privado de médio ou grande porte, que indiquem, no mínimo, a descrição do objeto, a quantidade fornecida, o período de execução e a regularidade da entrega dos produtos;; e

9.31.4 atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado ou outro meio idôneo, contendo identificação completa do emitente (razão social, CNPJ e endereço), identificação do contratado, descrição sucinta do objeto, quantidade fornecida, datas de início e término da execução contratual e declaração de que o desempenho da contratada foi satisfatório.

9.32 Disposições gerais sobre habilitação

9.32.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 2.318.153,90** (dois milhões, trezentos e dezoito mil, cento e cinquenta e três reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1.1 acima].*

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.6 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.7 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1 *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL GOMES PINHEIRO

Presidente da Equipe de Planejamento, integrante requisitante, técnico e futuro fiscal.

BRUNA CAROLINE ALENCAR DE BARROS

Membro da Equipe de Planejamento

ACACIA GONCALVES FERREIRA LEAL

Membro da Equipe de Planejamento

EDIVALDO BARBOSA DE ALMEIDA JUNIOR

Membro da Equipe de Planejamento

SUELIA DA SILVA ARAUJO

Membro da Equipe de Planejamento

IVONEIRE CHRISTINA VIEIRA GARCEZ

Membro da Equipe de Planejamento

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Estudo Técnico Preliminar 43/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23216.002654.2025-12

2. Descrição da necessidade

A presente contratação visa suprir a demanda anual por uniformes e vestimentas institucionais para estudantes e servidores do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). A ausência de uniformes adequados e padronizados dificulta a identificação dos membros da comunidade acadêmica, podendo comprometer a segurança e a imagem da instituição em eventos e atividades externas. A inexistência de uniformes para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pode acentuar as desigualdades e afetar negativamente o desempenho escolar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE PERMANÊNCIA - CAP	Rafael Gomes Pinheiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Considerando a situação apontada, conclui-se que a alternativa mais eficaz para solucionar o problema é a contratação para aquisição de vestimenta de identificação institucional (camisetas, jalecos, calças, jaquetas e acessórios), destinada aos estudantes e servidores do Instituto Federal Goiano. Essa iniciativa busca atender à necessidade de padronização visual, integrando requisitos técnicos que garantam identidade, segurança, conforto e visibilidade institucional.

4.2 Os requisitos para a contratação abrangem:

4.2.1 Padrões mínimos de qualidade: as vestimentas deverão ser confeccionadas com materiais de boa resistência, durabilidade e facilidade de manutenção, adequados para o uso frequente e em diferentes ambientes institucionais, especialmente laboratórios, garantindo segurança e proteção conforme as normas vigentes.

4.2.2 Desempenho e funcionalidade: as peças deverão possuir modelagem que proporcione conforto e mobilidade, adequando-se ao clima da região e às atividades desenvolvidas. Devem permitir fácil identificação visual dos membros do IF Goiano.

4.2.3 Elementos de identificação institucional: camisetas, jalecos, calças, jaquetas e acessórios deverão conter logomarca e demais elementos gráficos oficiais da instituição, respeitando a identidade visual e padronização em cores, tamanhos e posicionamento.

4.2.4 Sustentabilidade: preferencialmente, os materiais deverão observar critérios de sustentabilidade, como o uso de fibras recicladas, processos de produção com menor impacto ambiental e ausência de substâncias nocivas, a serem detalhados no Termo de Referência.

4.2.5 Prazos e locais de entrega: a entrega dos itens deverá ocorrer em prazo compatível com o calendário acadêmico, diretamente nas dependências do IF Goiano – Campus Cristalina, considerando cronograma previamente acordado com a Administração.

4.2.6 Embalagem e apresentação: cada item deverá ser entregue em embalagem individual adequada, identificada com tamanho, modelo e destinatário, conforme definição institucional.

4.2.7 Continuidade: sendo uma aquisição periódica e não contínua, a contratação ora proposta objetiva atender de forma específica a demanda vigente, admitindo que novas aquisições poderão ser demandadas conforme reposição de itens ou ingresso de novos membros.

4.2.8 Os detalhes definitivos de padronização visual, quantitativos, tamanhos, materiais, critérios sustentáveis e outras especificações técnicas, bem como a previsão de prazos, serão apresentados no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Com base no levantamento de mercado realizado, a pesquisa utilizou diversas fontes para obtenção de parâmetros confiáveis sobre preços e modelos de vestimenta de identificação institucional. Foram consultados processos licitatórios anteriores do próprio IF Goiano, com análise de atas e resultados de aquisições similares bem-sucedidas, além da verificação do Painel de Preços e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – instrumentos que apresentaram valores médios praticados por órgãos públicos no âmbito nacional. Complementarmente, orçamentos foram coletados junto a fornecedores locais e regionais especializados na confecção de uniformes, permitindo comparar condições de personalização, prazos de entrega e custos aplicáveis à realidade do campus.

5.2 No que se refere às alternativas possíveis, o estudo apresentou três cenários principais: a aquisição em lote único, a aquisição parcelada sem registro de preços e a aquisição via Sistema de Registro de Preços (SRP). A aquisição em lote único oferece menor preço unitário devido à economia de escala, mas incorre em riscos de estoque excessivo e inadequação de tamanhos ao longo do tempo. Já a aquisição parcelada sem registro demanda múltiplos processos licitatórios e eleva o custo administrativo, ainda que permita melhor ajuste à necessidade. Por sua vez, a modalidade SRP destaca-se pela flexibilidade, economicidade e possibilidade de atendimento sob demanda, permitindo aquisições parceladas conforme a real necessidade, sem o acúmulo de estoques, além de possibilitar a adesão de outros campi.

5.3 A análise comparativa dos dados e práticas do IF Goiano e do mercado público evidencia que a contratação por SRP é a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico. Ela possibilita o atendimento gradual, de acordo com a dinâmica da comunidade acadêmica, evitando desperdícios e otimizando recursos orçamentários, conforme previsto no art. 11 da Lei 14.133/2021. Além disso, assegura eficiência logística, melhor aderência à demanda e alinhamento com as melhores práticas de gestão pública. Dessa maneira, a contratação para aquisição de vestimentas de identificação institucional será realizada por meio de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, garantindo padronização visual, segurança e fortalecimento da imagem institucional do IF Goiano.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Visão Geral da Solução

6.1.1 A solução consiste na aquisição centralizada, via Sistema de Registro de Preços (SRP), de kits de vestimentas de identificação institucional, incluindo camisetas, jalecos, calças, jaquetas e acessórios, distribuídos de maneira personalizada a estudantes e servidores do IF Goiano, contemplando as diferenças de perfil, tamanho e função dos usuários. A estratégia adota o fornecimento parcelado ao longo de até 12 meses, conforme demanda real, conferindo flexibilidade orçamentária, redução de custos de armazenamento e prevenção de desperdícios. Esta abordagem integra critérios técnicos, funcionais e de sustentabilidade, promovendo padronização visual, identificação rápida e precisa dos membros e fortalecimento da imagem institucional nos mais diversos ambientes acadêmicos e de extensão.

6.1.2 Fornecimento de Vestimentas: A solução abrange o fornecimento de uniformes para estudantes dos ensinos técnico e superior, vestimentas de identificação para servidores e EPIs para funções específicas.

6.1.3 Especificações Técnicas Detalhadas: Definição precisa dos tecidos, cores, modelos e tamanhos dos uniformes e vestimentas, assegurando a padronização visual e o conforto dos usuários. Para os EPIs, são especificados os Certificados de Aprovação (CA) válidos, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a segurança e a eficácia dos equipamentos.

6.1.4 Sistema de Registro de Preços (SRP): Adoção do SRP para a realização de licitação, com ampla divulgação e participação de fornecedores qualificados. A elaboração da ata de registro de preços detalha os valores unitários de cada item e as condições de fornecimento.

6.1.5 Gestão de Contratos e Pedidos: Formalização de contratos com os fornecedores registrados, definindo prazos de entrega, condições de pagamento e penalidades por descumprimento. Os pedidos de fornecimento são emitidos de forma parcelada, conforme as necessidades de cada campus e setor do IF Goiano.

6.1.6 Controle de Qualidade Rigoroso: Inspeção das vestimentas no momento da entrega, verificando a conformidade com as especificações técnicas e os padrões de qualidade estabelecidos. O acompanhamento da durabilidade e do desempenho dos produtos ao longo do tempo permite coletar feedback dos usuários e realizar ajustes nas especificações, se necessário.

6.1.7 Logística e Distribuição Eficiente: Entrega das vestimentas nos locais designados pelo IF Goiano, seguindo um cronograma predefinido. A distribuição aos estudantes e servidores é realizada de forma a garantir a adequação dos tamanhos e a satisfação dos usuários.

6.1.8 Garantia e Assistência Técnica: Cobertura contra defeitos de fabricação e vícios ocultos, incluindo reparos, substituições ou reembolsos. A assistência técnica está disponível para solucionar eventuais problemas ou dúvidas relacionadas aos uniformes e vestimentas.

6.1.9 Serviços Adicionais (Opcional): Customização das vestimentas com logotipos, nomes ou outras informações específicas, além de serviços de lavagem, higienização ou manutenção, se necessário.

6.2 Justificativa Detalhada da Solução

6.2.1 A escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP) é justificada pela necessidade permanente e frequente de reposição de uniformes institucionais, considerando o fluxo contínuo de ingresso de novos estudantes, evasões, transferências, alterações de turmas e trocas de peças, o que caracteriza a situação prevista no inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

6.2.2 A contratação será executada de forma parcelada ao longo da vigência da ata, com entregas realizadas conforme o cronograma e a demanda efetiva de cada campus e da Reitoria, o que se enquadra no inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, permitindo melhor adequação do fornecimento às necessidades institucionais e à disponibilidade orçamentária de cada unidade.

6.2.3 O procedimento é estruturado para atender múltiplos campi e a Reitoria, em contexto de compra centralizada, com consolidação de demandas e posterior utilização descentralizada, o que o enquadra na hipótese do inciso III do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, otimizando a gestão de estoques, a padronização e a economicidade por ganho de escala.

6.2.4 Pela natureza do objeto (uniformes com variação de tamanhos, modelos, turnos e cursos) e pela diversidade de perfis e quantitativos por unidade, não é possível definir, com exatidão, o quantitativo que será demandado por cada órgão ao longo da vigência da ata, sendo adequado o uso do SRP, nos termos do inciso V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

6.2.5 O procedimento inclui a apresentação e julgamento de amostras físicas obrigatórias para todos os itens, assegurando aderência ao Manual de Identidade Visual do IF Goiano e ao Caderno de Uniformes Institucionais, bem como a padronização da vestimenta e a prevenção de divergências entre o material fornecido e o aprovado. As entregas serão planejadas em consonância com o calendário institucional, com identificação personalizada por usuário, prevendo-se garantia mínima de 6 (seis) meses, substituição sem custos de itens com defeito de fabricação e possibilidade de adequações para casos específicos, reforçando o caráter de inclusão.

6.2.6 O enfoque em sustentabilidade é mantido com incentivo ao uso de insumos de maior durabilidade, processos produtivos de menor impacto ambiental e logística reversa de resíduos têxteis, em alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além da exigência de embalagens individuais identificadas, garantindo rastreabilidade e controle da distribuição.

6.3 A escolha do SRP com fornecimento parcelado se justifica pelos seguintes fatores:

6.3.1 Flexibilidade e Adaptação à Demanda: Permite ajustar a quantidade e os tamanhos das vestimentas de acordo com a demanda real, evitando estoques excessivos e perdas por obsolescência.

6.3.2 Otimização de Custos: Possibilita obter preços mais competitivos, por meio da disputa entre os fornecedores registrados, e reduzir os custos administrativos, por meio da centralização das compras.

6.3.3 Eficiência no Processo de Aquisição: Agiliza o processo de aquisição, dispensando a licitação para cada pedido de fornecimento, e garante a entrega das vestimentas de forma oportuna e eficiente.

6.3.4 Transparência e Publicidade: Assegura a publicidade e a transparência do processo de aquisição, por meio da divulgação da ata de registro de preços e dos contratos firmados.

6.3.5 Incentivo à Sustentabilidade: Estimula a adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores, por meio da exigência de certificações ambientais e do uso de materiais ecologicamente corretos.

6.3.6 Conformidade Legal: Garante o cumprimento da legislação pertinente às contratações públicas e à política de assistência estudantil, em especial a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.462/2023, o Decreto nº 10.947/2022, a Política Nacional de Assistência Estudantil e o artigo 37, § 1º, da Constituição Federal de 1988, no que se refere à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.4 Alinhamento com Normativas e Objetivos Estratégicos

6.4.1 A solução está alinhada com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024, reforçando o compromisso institucional com a inclusão e o acesso universal a uma educação pública e de qualidade.

6.4.2 Em consonância com o Decreto nº 12.516/2025, a contratação poderá incluir, no mínimo, 8% das vagas destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica, contribuindo para a equidade de gênero e o apoio a grupos vulneráveis.

6.4.3 O fornecimento de EPIs está em conformidade com os artigos 166 e 167 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo a integridade física e a saúde dos trabalhadores.

6.4.4 Ademais, a contratação de uniformes e vestimentas institucionais está alinhada com o artigo 37, § 1º, da Constituição Federal de 1988, promovendo a imagem do IF Goiano de forma impessoal e transparente.

6.5 Todo o processo busca:

6.5.1 atender à demanda anual de uniformes e vestimentas institucionais destinadas aos estudantes beneficiários das ações de Assistência Estudantil do IF Goiano;

6.5.2 promover a equidade e reduzir desigualdades socioeconômicas por meio da oferta gratuita de uniformes, assegurando condições adequadas de permanência e êxito escolar;

6.5.3 fortalecer a identidade institucional e o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica, estimulando valores de cidadania, respeito e valorização da imagem pública do IF Goiano;

6.5.4 contribuir para a segurança e a organização das atividades acadêmicas, administrativas, esportivas e de extensão, por meio da identificação padronizada de estudantes e servidores;

6.5.5 alinhar a execução da política de uniformização às diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional (PDI 2024–2028), da Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei nº 14.914/2024) e do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS 2025–2027).

6.6 Resultados Esperados

6.6.1 Espera-se que a solução adotada garanta o fornecimento de uniformes e vestimentas de qualidade, de forma eficiente, econômica e transparente, contribuindo para a padronização visual, a segurança e o fortalecimento da imagem institucional do IF Goiano.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantitativos foi elaborada em observância ao art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES/ME nº 58/2022, de forma a evitar estimativas genéricas e a assegurar correlação direta entre a quantidade licitada e a demanda institucional do IF Goiano.

7.2. Como memória de cálculo, foi elaborada a Planilha de Uniformes por Unidade, na qual cada campus e a Reitoria informaram suas necessidades específicas de uniformes e vestimentas institucionais, considerando, no mínimo:

a) o número de estudantes regularmente matriculados em cada unidade, com base em dados oficiais de registro acadêmico;

b) as projeções de ingresso de novos estudantes para os períodos de vigência da futura ata;

c) a necessidade de peças adicionais para reposição, contemplando perdas, danos, trocas de tamanho e evasões;

d) a distinção entre tipos de uso (atividades físicas, uso cotidiano em sala de aula, eventos institucionais e representação externa).

7.3. A partir dessas informações, cada unidade registrou, na planilha, o quantitativo estimado de peças por item e por tamanho, de acordo com o perfil de sua comunidade estudantil e as ações institucionais programadas. Os dados consolidados resultaram no quantitativo global constante das planilhas anexas, que servem como memória de cálculo da estimativa de consumo.

7.4. Quando disponíveis, foram considerados, como referência, dados de consumo de uniformes em contratações anteriores e relatórios internos de distribuição, especialmente para fins de calibragem da quantidade de peças de reposição por unidade, de forma a mitigar tanto o risco de superdimensionamento quanto o de desabastecimento.

7.5. Os quantitativos consolidados representam um teto máximo potencial de consumo no âmbito da Ata de

Registro de Preços, compatível com o critério de julgamento adotado (menor preço/menor desconto). Em razão da natureza eventual e não obrigatória do SRP, tais quantitativos não implicam obrigação de aquisição integral, mas apenas delimitação do limite máximo passível de registro e utilização durante a vigência da ata, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. A efetiva contratação de cada item/quantidade dependerá das demandas concretas dos campi durante a vigência da ata e da disponibilidade orçamentária e financeira em cada exercício, permanecendo a Administração autorizada a contratar em proporções inferiores às aqui estimadas, sem que isso descaracterize o planejamento realizado.

7.7. Dessa forma, a estimativa de quantitativos encontra-se fundamentada em dados objetivos, com memória de cálculo identificada (Planilha de Uniformes por Unidade) e correlação direta com a demanda institucional, atendendo à recomendação constante do Parecer nº 01031/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU quanto à necessidade de explicitação da metodologia de estimativa de consumo.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CAMPOS BELOS
1	Item 1 – Camiseta em Malha PV (Uniforme/Eventos)	430185	UND	1200
2	Item 2 – Camiseta em Malha Modal (Uniforme/Eventos)	430185	UND	1400
3	Item 3 – Camiseta em Poliamida com Tecnologia DryFit (Atividade Física/Eventos)	480883	UND	*****
4	Item 4 – Short Masculino	611668	UND	*****
5	Item 5 – Short Feminino	611670	UND	*****
6	Item 6 – Blusão de Frio em Moletom 3 Cabos	630240	UND	400
7	Item 7 – Jaqueta de Frio em Moletom 3 cabos com zíper e capuz	487686	UND	****
8	Item 8 – Kit Atleta: camiseta personalizada com manga, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz.	626033	KIT	150
9	Item 9 – Camiseta Polo em Malha Piquet	630235	UND	400
10	Item 10 – Camiseta Manga Longa com Proteção UV	485481	UND	200
11	Item 11 – Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)	480169	UND	****
12	Item 12 – Coletes	464824	UND	

13	Item 13 – Coletes (Processo seletivo e eventos)	482286	UND	
----	---	--------	-----	--

ITEM	CATALÃO	CERES	CRISTALINA	HIDROLÂNDIA	IPAMERI	IPORÁ
1	1000		1000		430	3350
2		1500	1000		430	800
3			660		430	800
4						
5						
6			360			
7	240				220	
8			50			210
9	50		60			
10			120		40	600
11			120			
12			120			250
13			60			

ITEM	MORRINHOS	POSSE	REITORIA	RIO VERDE	TRINDADE	URUTAÍ
1	441	1500	5000	3000	2000	3000

2			*****	60		300
3	441	300	*****	80		1000
4	210	150	*****	40	180	600
5	210	150	*****	40		400
6	210		100	10		
7		50	*****	3000	400	300
8	48		*****	100	60	
9	210	300	*****	50		
10	210	300	*****			
11	210		*****			
12	48		200	20		200
13			200			

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.318.153,90

8.1. A estimativa do valor desta contratação foi obtida a partir de pesquisa de preços realizada no módulo de Pesquisa de Preços do sistema Compras.gov.br, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021.

8.2. O Relatório de Pesquisa de Preços gerado pelo referido módulo, contendo as fontes consultadas, os preços unitários obtidos e a memória de cálculo do valor estimado global, foi devidamente anexado a este processo e serve de base para a definição do valor de referência desta contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL	Preço Unitário Estimado	Valor Total Estimado
------	-----------	-------	-------------------------	----------------------

1	Item 1 – Camiseta em Malha PV (Uniforme/Eventos)	21921	R\$ 26,00	R\$ 569.946,00
2	Item 2 – Camiseta em Malha Modal (Uniforme/Eventos)	5490	R\$ 116,24	R\$ 638.157,60
3	Item 3 – Camiseta em Poliamida com Tecnologia DryFit (Atividade Física/Eventos)	3711	R\$ 20,60	R\$ 76.446,60
4	Item 4 – Short Masculino	1180	R\$ 28,00	R\$ 33.040,00
5	Item 5 – Short Feminino	800	R\$ 20,25	R\$ 16.200,00
6	Item 6 – Blusão de Frio em Moletom 3 Cabos	1080	R\$ 99,00	R\$ 106.920,00
7	Item 7 – Jaqueta de Frio em Moletom 3 cabos com zíper e capuz	4210	R\$ 114,00	R\$ 479.940,00
8	Item 8 – Kit Atleta: camiseta personalizada com manga, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz.	618	R\$ 250,00	R\$ 154.500,00
9	Item 9 – Camiseta Polo em Malha Piquet	1070	R\$ 46,49	R\$ 49.744,30
10	Item 10 – Camiseta Manga Longa com Proteção UV	1470	R\$ 49,42	R\$ 72.647,40
11	Item 11 – Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)	330	R\$ 201,60	R\$ 66.528,00
12	Item 12 – Coletes	838	R\$ 18,00	R\$ 15.084,00
13	Item 13 – Coletes (Processo seletivo e eventos)	260	R\$ 150,00	R\$ 39.000,00

3.1 Estimativa Total Preliminar: R\$ 2.318.153,90

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Opção pelo parcelamento em lotes homogêneos

9.1.1 A contratação de vestimentas de identificação institucional será realizada por meio de adjudicação por lotes homogêneos, e não por itens isolados, em razão das características do objeto e da experiência acumulada em licitações anteriores do IF Goiano, nas quais se verificou maior eficiência operacional e melhor gestão contratual quando adotado o agrupamento de itens com afinidade funcional e de uso.

9.1.2 O objeto foi dividido em 4 (quatro) lotes/grupos, conforme Termo de Referência, assim estruturados:

Grupo (Lote) 1 – Camisetas Básicas e Polo

Itens: 1, 2, 9 e 13

Grupo (Lote) 2 – Atividades Físicas e Esportivas

Itens: 3, 4, 5, 8 e 12

Grupo (Lote) 3 – Agasalhos e Jaquetas

Itens: 6 e 7

Grupo (Lote) 4 – Proteção Solar

Itens: 10 e 11

9.1.3 A formação desses grupos levou em conta:

- a) a homogeneidade de uso e de finalidade dos itens em cada lote (por exemplo, camisetas e polos no Grupo 1, peças específicas para atividades físicas no Grupo 2, peças de sobreposição/abrigo no Grupo 3, itens de proteção solar no Grupo 4),
- b) a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, em consonância com o art. 40, V, “b”, da Lei nº 14.133 /2021 e com a Súmula 247 do TCU, evitando o fracionamento excessivo e a pulverização de contratos sem ganho de escala,
- c) a ampliação da competitividade, permitindo que fornecedores especializados em determinados segmentos (por exemplo, camisetas/polos ou agasalhos) possam disputar apenas os grupos compatíveis com sua capacidade produtiva, reduzindo barreiras de entrada e atendendo à recomendação constante do Parecer nº 01031/2026/NLC /ELIC/PGF/AGU.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A presente contratação, destinada à aquisição de vestimentas de identificação institucional para estudantes e servidores do Instituto Federal Goiano, não apresenta relação de dependência ou interdependência com outras contratações em curso ou planejadas. A execução desta aquisição é independente, não sendo condicionada por outros fornecimentos, serviços ou projetos da instituição. Não se identificam, portanto, efeitos de externalidade, sobreposição ou necessidade de coordenação com outras contratações. A aquisição de vestimentas de identificação institucional possui caráter específico e finalístico, visando atender exclusivamente à padronização visual, à segurança e ao fortalecimento da imagem institucional, conforme diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional e da Política Nacional de Assistência Estudantil, sem impactar ou ser impactada por outras iniciativas da instituição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Alinhamento com o Planejamento Anual

11.1.1 A presente contratação, que visa à aquisição de vestimentas de identificação institucional para estudantes e servidores do Instituto Federal Goiano, está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do IF Goiano, consolidado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sob o ID de PCA 10651417000178-0-000001/2026, com publicação em 11/02/2025.

11.1.2 A demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 134/2025 e vinculada ao Identificador da futura contratação nº 158124-86/2026 (bem como demais identificadores correlatos constantes do PCA 2026), o que assegura a aderência da contratação ao planejamento anual da instituição.

11.2 Relação com Instrumentos de Planejamento

11.2.1 A inclusão desta contratação no PCA dos campi e da Reitoria evidencia que o processo de aquisição atende às diretrizes e prioridades estabelecidas para o exercício, em consonância com:

11.2.1.1 o Planejamento Estratégico Institucional (PDI 2024–2028),

11.2.1.2 a Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei nº 14.914/2024),

11.2.1.3 o Plano de Logística Sustentável (PDLS 2025–2027),

11.2.2 especialmente no que se refere à promoção da permanência e êxito estudantil, à redução de desigualdades socioeconômicas e ao fortalecimento da identidade institucional. A previsão no PCA de campi e Reitoria garante que a contratação responde a necessidades mapeadas e priorizadas para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas, esportivas e de extensão.

11.3 Conformidade com o Decreto nº 10.947/2022

11.3.1 Em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022, que regulamenta o Plano de Contratações Anual no âmbito da Administração Pública federal, esta contratação foi oportunamente registrada no PCA 2026 do IF Goiano, com divulgação no PNCP, não havendo inclusão tardia de demanda (5.2

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação de vestimentas de identificação institucional para estudantes e servidores do Instituto Federal Goiano trará um conjunto de benefícios diretamente relacionados à segurança, à inclusão, à imagem institucional e à eficiência no uso dos recursos públicos.

12.2 Em primeiro lugar, a padronização visual proporcionada pelos uniformes facilita a identificação de estudantes e servidores em todos os campi, contribuindo para um ambiente mais organizado e seguro. A existência de um padrão único de vestimenta permite reconhecer com facilidade quem integra a comunidade acadêmica, especialmente em eventos, atividades externas, ações de extensão e situações de maior circulação de pessoas. Isso fortalece os mecanismos de controle de acesso e apoio à segurança institucional, além de reforçar o senso de pertencimento e identidade coletiva, na medida em que estudantes e servidores passam a se ver e ser vistos como parte de um mesmo corpo institucional.

12.3 Do ponto de vista da inclusão e da redução de desigualdades, o fornecimento gratuito de vestimentas institucionais a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica contribui para a mitigação de disparidades aparentes de vestimenta e para a promoção de igualdade de oportunidades. Ao assegurar que esses estudantes disponham de roupas adequadas para participar de aulas, eventos, apresentações e demais atividades acadêmicas, a instituição reduz constrangimentos, fortalece a autoestima e apoia a permanência e o êxito escolar, em consonância com as diretrizes da assistência estudantil.

12.4 A contratação também impacta positivamente a imagem institucional do IF Goiano. O uso de vestimentas padronizadas projeta, em todos os campi e em eventos externos, uma representação unificada, profissional e coerente com a identidade visual da instituição. A aplicação correta da marca, das cores e dos elementos gráficos

institucionais reforça a visibilidade e o reconhecimento do IF Goiano perante a sociedade, outros órgãos públicos, parceiros e comunidades atendidas, funcionando, na prática, como um instrumento de comunicação institucional contínuo.

12.5 Sob a perspectiva da eficiência e da economicidade, a padronização das vestimentas, aliada à centralização da contratação por meio de Sistema de Registro de Preços, permite consolidar a demanda de diversos campi em um único procedimento, obtendo preços unitários mais vantajosos, ainda que as aquisições ocorram de forma fracionada e sob demanda ao longo da vigência da ata. A definição de especificações técnicas mínimas e uniformes, registradas em Caderno de Especificações (como requisitos de tecido, gramatura, costura e acabamento), favorece a aquisição de peças mais duráveis e adequadas ao uso frequente, reduzindo a necessidade de substituições constantes e gerando economia a médio prazo.

12.6 Por fim, embora o objeto da contratação não seja a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, o uso de vestimentas institucionais contribui indiretamente para a organização e o controle do ambiente escolar e institucional. A clara identificação de quem pertence à comunidade acadêmica facilita o cumprimento de normas internas de segurança, circulação e acesso a determinados espaços, complementando outras medidas de proteção já adotadas pelo IF Goiano e apoiando a gestão cotidiana dos campi.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Previamente à celebração do contrato para aquisição de vestimentas de identificação institucional, o Instituto Federal Goiano deverá designar formalmente os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, por meio de ato administrativo específico, detalhando suas atribuições no acompanhamento da execução contratual, recebimento das peças, verificação da conformidade e reporte de irregularidades. Promover a capacitação desses servidores em fiscalização de contratos de fornecimento, incluindo análise da qualidade dos produtos, controle e conferência de amostras e aplicação de sanções administrativas. Organizar o processo de análise e aprovação de amostras, constituindo uma comissão avaliadora com conhecimento técnico e institucional, definindo critérios claros e objetivos de avaliação, local, procedimentos e cronograma para análise das amostras a serem apresentadas pelos licitantes. As diretrizes devem constar no edital, assegurando transparência e uniformidade de julgamento, garantindo a escolha de produtos que representem a identidade do campus e atendam às necessidades dos estudantes e servidores.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A aquisição de vestimentas de identificação institucional pode gerar impactos ambientais em diferentes etapas do seu ciclo de vida, desde a extração das matérias-primas até o descarte final. A cadeia têxtil é reconhecida pelo uso intensivo de recursos naturais e pela geração de resíduos e emissões de poluentes, razão pela qual se faz necessário avaliar esses efeitos e prever medidas mitigadoras no âmbito desta contratação.

14.2 Impactos ambientais potenciais da contratação

14.2.1 De forma geral, a produção de vestimentas envolve um conjunto de etapas encadeadas, extração de matérias-primas, fabricação, transporte, uso e descarte, que compõem uma cadeia intensiva em recursos e potencialmente geradora de impactos ambientais relevantes.

14.3 Cadeia têxtil intensiva em recursos:

14.3.1 A fabricação de tecidos e peças de vestuário demanda grande volume de água, energia e insumos químicos, além de gerar resíduos sólidos e efluentes líquidos.

14.3.2 Sem medidas adequadas de controle e tratamento, esse ciclo pode contribuir para a degradação de recursos naturais, a contaminação de corpos hídricos e o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

14.4 Impactos na fabricação

14.4.1 Na etapa de fabricação, destacam-se impactos associados ao consumo de recursos, à emissão de poluentes e à geração de resíduos têxteis.

14.5 Consumo de recursos naturais:

14.5.1 Elevado consumo de água em processos de tingimento, lavagem e acabamento têxtil.

14.5.2 Uso significativo de energia para operação de maquinários industriais.

14.5.3 Extração de matérias-primas, como o algodão, com potencial de degradação do solo e uso intensivo de pesticidas.

14.6 Emissão de poluentes:

14.6.1 Geração de efluentes líquidos contendo corantes e substâncias químicas nocivas, com risco de contaminação de corpos hídricos se não houver tratamento adequado.

14.6.2 Emissão de gases de efeito estufa decorrentes da geração de energia a partir de combustíveis fósseis utilizados na produção.

14.7 Geração de resíduos sólidos:

14.7.1 Produção de sobras de tecido, linhas e outros insumos têxteis durante o corte e a confecção.

14.7.2 Uso de embalagens diversas (plástico, papelão, entre outras), que podem sobrecarregar aterros sanitários se não houver destinação correta e reciclagem.

14.8 Impactos no transporte e na distribuição

14.8.1 O transporte das vestimentas entre fábricas, centros de distribuição e campi do IF Goiano também gera impactos ambientais, principalmente relacionados às emissões atmosféricas e ao consumo de combustíveis.

14.9 Emissões atmosféricas:

14.9.1 Deslocamento das vestimentas, em especial por modal rodoviário, com emissão de gases de efeito estufa e outros poluentes atmosféricos.

14.9.2 Maior frequência de viagens e longas distâncias podem intensificar esses impactos.

14.10 Consumo de combustíveis fósseis:

14.10.1 Atendimentos a múltiplos campi exigem deslocamentos recorrentes, aumentando o consumo de diesel e outros combustíveis, com reflexo direto na pegada de carbono da cadeia logística.

14.11 Impactos no uso e no descarte

14.11.1 Mesmo após o fornecimento, o uso cotidiano e o descarte das vestimentas geram impactos que precisam ser considerados no planejamento.

14.12 Consumo de água e energia no uso:

14.12.1 Lavagem e manutenção periódica das vestimentas requerem água, energia elétrica e produtos de limpeza.

14.12.2 A intensidade desse consumo varia conforme a frequência de uso, os métodos de lavagem (temperatura, tipo de máquina) e os produtos utilizados.

14.13 Geração de resíduos no fim da vida útil:

14.13.1 Descarte de peças inutilizadas em aterros sanitários, especialmente quando compostas por fibras sintéticas de difícil degradação, contribui para o acúmulo de resíduos de longa permanência no ambiente.

14.13.2 Quando não encaminhadas para reciclagem, reaproveitamento ou doação, as vestimentas podem representar um passivo ambiental adicional.

14.14 Medidas mitigadoras e práticas sustentáveis

14.14.1 Diante dos impactos identificados, é fundamental que a contratação incorpore critérios de sustentabilidade capazes de mitigar esses efeitos ao longo do ciclo de vida das vestimentas.

14.15 Priorização de fornecedores sustentáveis

14.15.1 Matérias-primas de menor impacto:

14.15.1.1 Preferência, quando tecnicamente e economicamente viável, por tecidos de origem renovável ou reciclada, como algodão orgânico, poliéster reciclado ou outras fibras de baixo impacto ambiental.

14.15.2 Processos produtivos responsáveis:

14.15.2.1 Incentivo à adoção de tecnologias e processos industriais que reduzam o consumo de água e energia na produção têxtil.

14.15.2.2 Uso de corantes e insumos químicos menos agressivos ao meio ambiente, com controle de efluentes e resíduos.

14.15.3 Certificações ambientais:

14.15.3.1 Preferência por fornecedores que possuam certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001, Oeko-Tex ou equivalentes, que indiquem práticas de gestão ambiental estruturada e controle de substâncias nocivas.

14.16 Logística reversa e descarte adequado

14.16.1 Sistemas de logística reversa:

14.16.1.1 Estímulo à implementação de mecanismos de recolhimento de vestimentas ao final da vida útil, visando reaproveitamento, reciclagem ou outra forma de recuperação dos materiais.

14.16.2 Parcerias com recicladores:

14.16.2.1 Busca de parcerias com cooperativas, associações ou empresas especializadas em reciclagem têxtil, para destinação ambientalmente adequada das peças descartadas.

14.16.3 Conscientização da comunidade acadêmica:

14.16.3.1 Promoção de campanhas internas sobre descarte adequado, reaproveitamento e doação de vestimentas em bom estado, reforçando uma cultura de consumo responsável.

14.17 Critérios de sustentabilidade na contratação

14.17.1 Racionalização do consumo:

14.17.1.1 Dimensionamento adequado das quantidades a serem adquiridas, evitando excedentes e desperdícios.

14.17.1.2 Uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para ajustar as quantidades à demanda real dos campi, reduzindo estoques desnecessários.

14.17.2 Materiais sustentáveis:

14.17.2.1 Inclusão, no Caderno de Especificações e no Termo de Referência, de critérios que estimulem o uso de fibras recicladas, orgânicas ou de baixo impacto ambiental, desde que compatíveis com o desempenho esperado.

14.17.3 Redução de resíduos e embalagens:

14.17.3.1 Estímulo ao uso de embalagens reduzidas, recicláveis ou reutilizáveis.

14.17.3.2 Previsão de práticas que minimizem resíduos têxteis na produção, acondicionamento e entrega das vestimentas.

14.17.4 Eficiência logística:

14.17.4.1 Planejamento de entregas e distribuição de forma racionalizada, otimizando rotas, consolidando remessas e buscando reduzir deslocamentos e emissões.

14.17.5 Sensibilização e consumo consciente:

14.17.5.1 Ações educativas sobre uso adequado, conservação, prolongamento da vida útil e descarte responsável das vestimentas, envolvendo estudantes e servidores.

14.18 Alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos

14.18.1 A contratação deve estar alinhada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), observando seus princípios e diretrizes:

14.18.1.1 Prioridade a bens recicláveis e reciclados:

14.18.1.1.1 Sempre que possível, priorizar bens recicláveis ou com conteúdo reciclado, em consonância com a hierarquia de gestão de resíduos prevista na PNRS.

14.18.1.2 Planos de gerenciamento e logística reversa:

14.18.1.2.1 Exigir, quando aplicável, que os fornecedores adotem práticas de gestão de resíduos e logística reversa para embalagens e demais resíduos gerados ao longo da cadeia de fornecimento.

14.18.1.2.2 Avaliar a viabilidade de incluir, nos instrumentos contratuais, a responsabilidade do fornecedor na recuperação e destinação adequada de parte dos resíduos associados ao fornecimento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de uniformes institucionais por Pregão Eletrônico, sob Sistema de Registro de Preços, mostra-se:

- **Necessária:** há demanda permanente de uniformes para identificação institucional dos estudantes, com reposições periódicas e atendimento a múltiplos campi, conforme demonstrado na planilha consolidada de quantidades e no ETP.

- **Compatível com a legislação:** o uso do SRP foi enquadrado no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023; o planejamento observa a Lei nº 14.133/2021 (DFD, ETP, TR, pesquisa de preços, mapa de riscos, qualificação técnica, benefícios às ME/EPP e LGPD), e o parecer da AGU concluiu pela regularidade jurídica com recomendações já endereçadas.
- **Suportado orçamentária e tecnicamente:** há valor estimado definido (R\$ 2.318.153,90) com base em pesquisa de preços formal no Compras.gov.br, devidamente documentada em Relatório de Pesquisa de Preços anexado aos autos, além de definição clara de grupos/lotes, quantidades máximas e quantidades mínimas por OF.

Não foram identificados óbices técnicos, jurídicos ou orçamentários que inviabilizem o projeto. Assim, registra-se a **viabilidade do objeto**, com prosseguimento recomendado da contratação nos termos do ETP e dos ajustes descritos nos autos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL GOMES PINHEIRO

Designado Integrante Requisitante – Port. 7328/REI/2025

BRUNA CAROLINE ALENCAR DE BARROS

Designada Integrante Administrativa – Port. 7328/REI/2025

EDIVALDO BARBOSA DE ALMEIDA JUNIOR

Designado Integrante Administrativo – Port. 7328/REI/2025

ACACIA GONCALVES FERREIRA LEAL

Designada Integrante Administrativa – Port. 7328/REI/2025

SUELIA DA SILVA ARAUJO

Designada Integrante Administrativa – Port. 7328/REI/2025



CADERNO DE UNIFORMES INSTITUCIONAIS

Descrições e modelos

2025 - 2026

Item 1 – Camiseta em Malha PV (Uniforme/Eventos/Cursos)

Modelagem: Camiseta unissex, manga curta, gola careca.

Tecido principal: Malha PV (67% poliéster / 33% viscose), gramatura mínima 180 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima de 28 fios/cm² (trama) e 30 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo de ±2% após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 à fricção seca/úmida e 5 à luz (NBR ISO 105).

Resistência: Tração mínima 500 N e rasgo mínimo 20 N (NBR ISO 13934 e 13937).

Pilling: Grau mínimo 4 após 5 ciclos (NBR ISO 12945).

Acabamento: Anti-pilling, hidorepelente.

Costura: Reforçada, pesponto duplo, gola em ribana 2x1.

Tamanho: Conforme ABNT NBR 16060, considerando aproximadamente 3 a 4 dedos acima do joelho.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Logomarca aplicada em silk até 3 cores.

Descrição: Camiseta de uniforme padronizada, resistente e confortável.

MODELOS





Item 2 – Camiseta em Malha Modal (Uniforme/Eventos)

Modelagem: Camiseta unissex, manga curta, gola careca.

Tecido principal: 92% Modal / 8% elastano, proveniente de reflorestamento certificado. Gramatura mínima 180 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 30 fios/cm² (trama) e 32 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo 3% após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem, suor e fricção) e 5 à luz (NBR ISO 105).

Resistência: Tração mínima 400 N, rasgo mínimo 15 N.

Pilling: Grau mínimo 4 (NBR ISO 12945).

Acabamento: Pré-encolhido, anti-pilling, maciez preservada após lavagens. Certificação OEKO-TEX Standard 100 e FSC.

Costura: Reforçada, pesponto duplo.

Tamanho: Conforme ABNT NBR 16060.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Logomarca em silk ou bordado, até 3 cores.

Descrição: Camiseta para eventos, sustentável, macia e resistente.

MODELOS





Item 3 – Camiseta em Poliamida com Tecnologia DryFit (Atividade Física/Eventos)

Modelagem: Esportiva, unissex, manga curta, gola careca.

Tecido principal: DryFit (100% poliéster)

Gramatura mínima 220 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 26 fios/cm² (trama) e 28 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo ±2% (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem, fricção, suor) e 5 à luz (NBR ISO 105).

Resistência: Tração mínima 450 N, rasgo mínimo 18 N.

Pilling: Grau mínimo 4 (NBR ISO 12945).

Acabamento: Anti-odor, respirável, secagem rápida.

Costura: Reforçada, overlock + pesponto duplo.

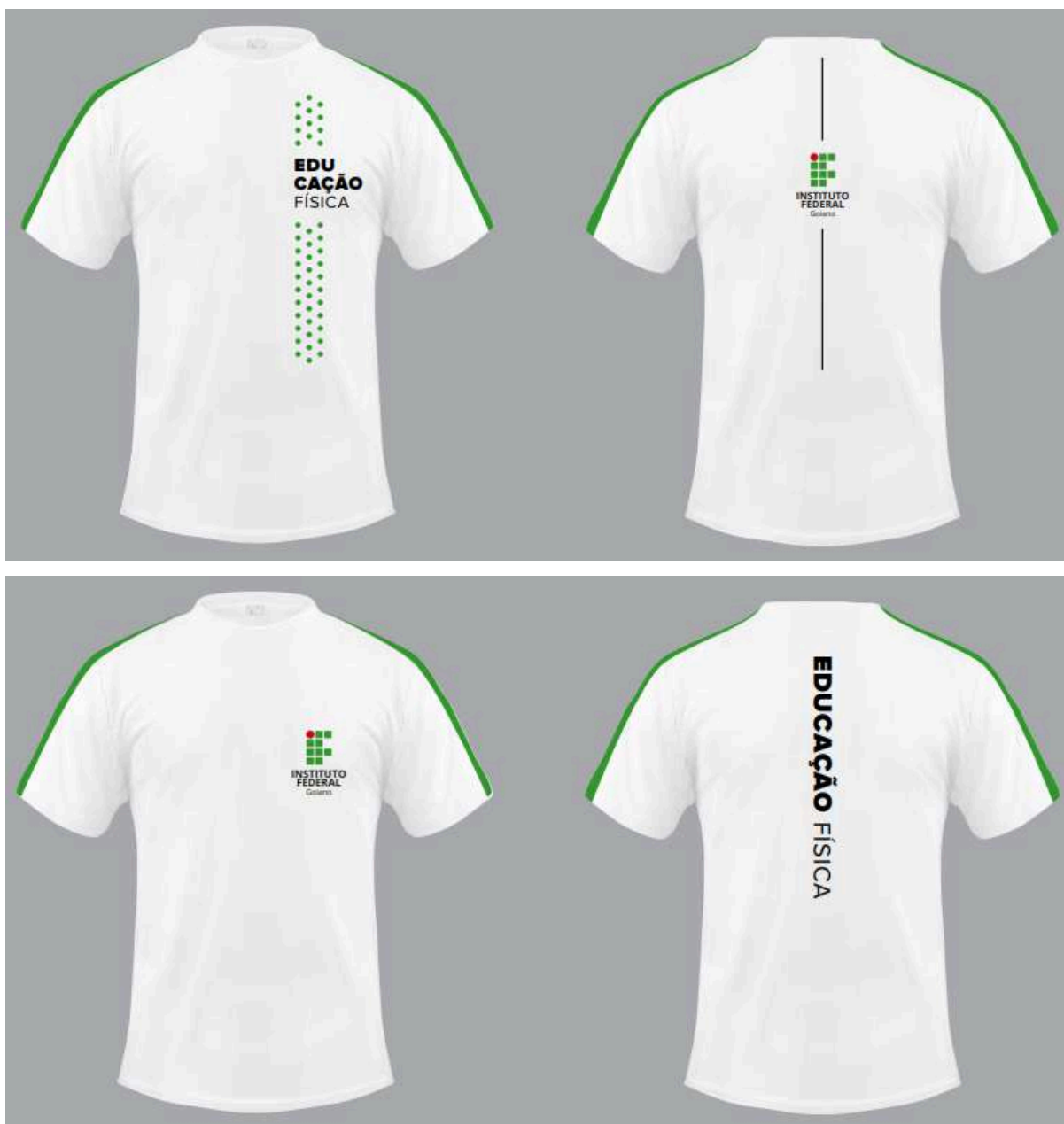
Tamanho: Conforme ABNT NBR 16060.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Sublimação ou silk em até 3 cores.

Descrição: Camiseta esportiva leve, respirável, de alta resistência.

MODELOS







Item 4 – Short Masculino

Modelagem: Short masculino esportivo, com cós elástico e cordão interno de ajuste; comprimento na altura do joelho.

Tecido principal: Tecido plano 100% poliéster tipo Oxford, gramatura 200 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 28 fios/cm² (trama) e 30 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo ±2% após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 à fricção seca/úmida e 5 à luz (NBR ISO 105).

Resistência: Tração mínima 500 N e rasgo mínimo 20 N (NBR ISO 13934 e 13937).

Pilling: Grau mínimo 4 após 5 ciclos (NBR ISO 12945).

Acabamento: Anti-pilling e hidrórepelente; bolsos laterais com acabamento reforçado e costura dupla.

Costura: Reforçada em três agulhas, com barra dupla de 2,5 cm.

Tamanho: Conforme ABNT NBR 16060 e tamanhos especiais sob demanda.

Cores: Até três cores a definir pela contratante.

Customizações: Logomarca aplicada em silk até 3 cores, conforme arte aprovada.

Descrição: Short esportivo masculino em poliéster, leve, resistente, de secagem rápida e alta durabilidade.

MODELOS





Item 5 – Short Feminino

Modelagem: Short feminino esportivo, cintura média, cós elástico com cordão interno de ajuste e leve abertura lateral para mobilidade, comprimento de três centímetros acima do joelho.

Tecido principal: Tecido plano 100% poliéster tipo Oxford, gramatura 200 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 28 fios/cm² (trama) e 30 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo ±2% após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 à fricção seca/úmida e 5 à luz (NBR ISO 105).

Resistência: Tração mínima 450 N e rasgo mínimo 18 N (NBR ISO 13934 e 13937).

Pilling: Grau mínimo 4 após 5 ciclos (NBR ISO 12945).

Acabamento: Anti-pilling e hidropelente; costuras reforçadas nas laterais e na barra; tecido leve e respirável.

Costura: Reforçada em três agulhas, barra dupla de 2 cm.

Tamanho: Conforme ABNT NBR 16060 e tamanhos especiais sob demanda.

Cores: Até três cores a definir pela contratante.

Customizações: Logomarca aplicada em silk até 3 cores, conforme arte aprovada.

Descrição: Short feminino leve, confortável e resistente, adequado para atividades esportivas e eventos institucionais.

MODELOS





Item 6 – Blusão de Frio em Moletom 3 Cabos

Modelagem: Blusão manga longa, gola careca

Tecido principal: Moletom 3 cabos (50% algodão / 50% poliéster). Gramatura mínima 350 g/m² (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 32 fios/cm².

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo $\pm 2\%$ (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem/fricção) e 5 à luz.

Resistência: Tração mínima 600 N, rasgo mínimo 25 N.

Pilling: Grau mínimo 4 (ISO 12945).

Acabamento: Punhos e barra em ribana mínima 5 cm; silk até 3 cores.

Costura: Reforçada em três agulhas.

Tamanho: ABNT NBR 16060.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Logos prensadas em silk.

Descrição: Blusão de frio resistente, para uso escolar e institucional.

MODELOS





Item 7 – Jaqueta de Frio em Moletom 3 cabos com zíper e capuz

Modelagem: Jaqueta de frio manga longa, com zíper e capuz.

Tecido principal: Moletom 3 cabos (50% algodão / 50% poliéster). Gramatura mínima 350 g/m² (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 32 fios/cm².

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo $\pm 2\%$ (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem/fricção) e 5 à luz.

Resistência: Tração mínima 600 N, rasgo mínimo 25 N.

Pilling: Grau mínimo 4 (ISO 12945).

Acabamento: Punhos e barra em ribana mínima 5 cm; silk até 3 cores.

Costura: Reforçada em três agulhas.

Tamanho: ABNT NBR 16060.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Logos prensadas em silk.

Descrição: Blusão de frio resistente, para uso escolar e institucional com zíper frontal e capuz.

MODELOS





Item 8 – Kit Atleta: camiseta com manga, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz (todos os itens personalizados conforme as especificações da equipe e da modalidade).

Modelagem: conjunto SlimFit contendo camiseta, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz.

Tecido principal: Malha 100% poliéster com forro. Gramatura mínima 200 g/m².

Construção: Densidade mínima 28 fios/cm².

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo $\pm 2\%$.

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem/fricção) e 5 à luz.

Resistência: Tração mínima 550 N, rasgo mínimo 20 N.

Pilling: Grau mínimo 4.

Acabamento:

Camiseta: Esportiva, unissex, manga curta, gola careca, em tecido DryFit.

Bermuda: short esportivo, com cós elástico e cordão interno de ajuste; em tecido 100% poliéster tipo Oxford.

Jaqueta: capuz embutido, zíper frontal, bolsos canguru, punhos e barra em ribana (5 cm).

Calça: cós com elástico e cordão embutido, bolsos frontais reforçados.

Costura: Reforçada em três agulhas.

Tamanho: ABNT NBR 16060.

Cores: até quatro cores a serem definidas pela contratante, modelos personalizados por equipe esportiva.

Customizações: Logos em silk até 3 cores.

Descrição: Kit atleta de alto desempenho, resistente e confortável.

MODELOS







Item 9 – Camiseta Polo em Malha Piquet

Modelagem: Polo unissex, manga curta, bolso no peito esquerdo, abertura com dois botões.

Tecido principal: Malha piquet (50% algodão / 50% poliéster). Gramatura mínima 200 g/m².

Construção: Densidade mínima 30 fios/cm².

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo $\pm 2\%$.

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem/fricção) e 5 à luz.

Resistência: Tração mínima 500 N, rasgo mínimo 20 N.

Pilling: Grau mínimo 4.

Acabamento: Gola e punhos em ribana; tratamento antipilling; botões resistentes.

Costura: Reforçada, em até três cores.

Tamanho: ABNT NBR 16060.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Logos em silk até 3 cores.

Descrição: Camiseta polo resistente, acabamento refinado, com dois botões, para eventos e uso institucional.

MODELOS





Item 10 – Camiseta Manga Longa com Proteção UV

Modelagem: Camiseta manga longa, punho mínimo 5 cm, gola em mesmo tecido.

Tecido principal: 100% poliéster, proteção UV 50+ FPU (homologado). Gramatura mínima 170 g/m².

Construção: Densidade mínima 28 fios/cm².

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo $\pm 2\%$.

Solidez da cor: Nota mínima 4 (lavagem/fricção/suor) e 5 à luz.

Resistência: Tração mínima 450 N, rasgo mínimo 18 N.

Pilling: Grau mínimo 4.

Acabamento: Sublimação total com arte aprovada; tecido leve e respirável.

Costura: Overlock + pesponto duplo.

Tamanho: ABNT NBR 16060.

Cores: até três cores a serem definidas pela contratante.

Customizações: Logos em silk até 3 cores.

Descrição: Camiseta com proteção UV, ideal para atividades externas e projetos de campo.

MODELOS





Item 11 – Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)

Modelagem:

- Masculina: camisa de mangas longas, corte reto, fechamento frontal por botões, gola padrão e punho simples com ajuste.
- Feminina: camiseta acinturada, mangas longas com lapela e botão para regulagem e dobra. Ambas possuem dois bolsos frontais com fechamento por velcro, proporcionando praticidade e estilo funcional.

Tecido principal: Micropoliamida com proteção solar permanente UVA e UVB, confeccionada com fio Amni® UV Protection Rhodia ou superior, tecnologia que bloqueia até 98% da radiação ultravioleta (FPU 50+).

Gramatura do tecido: 160 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 28 fios/cm² (trama) e 30 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo ±2% após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 à fricção seca/úmida e 5 à luz (NBR ISO 105 – X12, C06 e B02).

Resistência: Tração mínima 500 N e rasgo mínimo 20 N (NBR ISO 13934 e 13937).

Pilling: Grau mínimo 4 após 5 ciclos (NBR ISO 12945).

Acabamento: Tecido respirável, leve, de secagem rápida, com tecnologia de evaporação do suor e conforto térmico. Tratamento anti-pilling e hidropelente, com costuras reforçadas em pesponto duplo.

Costura: Fios 100% poliéster, ponto 301/401, costura dupla nas laterais e ombros.

Customizações: Logomarca do IF Goiano bordada monocromática no peito esquerdo, com altura mínima de 5 cm, conforme arte aprovada pela contratante.

Tamanhos: Conforme ABNT NBR 16060, do PP ao XGG, admitindo tamanhos especiais sob demanda.

Cores: A definir pela contratante no momento da aquisição.

Lote mínimo: 10 unidades por pedido.

Descrição: Vestimenta outdoor desenvolvida para uso em campo e atividades externas, disponível nos modelos camisa masculina ou camiseta feminina, confeccionada em micropoliamida com fio Amni® UV Protection Rhodia ou superior. Oferece proteção solar FPU 50+, secagem rápida, respirabilidade, resistência mecânica e conforto térmico, ideal para ações de extensão, projetos de pesquisa e atividades ao ar livre.

MODELOS







Item 12 – Coletes

Modelagem: Colete unissex, sem mangas, gola careca (redonda), com cavas amplas para liberdade de movimento e conforto térmico. Laterais com elástico embutido de alta resistência, permitindo expansão e ajuste anatômico. Tamanho único, projetado para uso sobre camisetas ou agasalhos.

Tecido principal: Malha Helanca, 100% poliéster, com alongamento bidirecional, toque leve e alta resistência mecânica.

Gramatura do tecido: 180 g/m² ±5% (ISO 3801).

Construção: Densidade mínima 28 fios/cm² (trama) e 30 fios/cm² (urdidura).

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo ±2% após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 à fricção seca/úmida e 5 à luz (NBR ISO 105 – X12, C06 e B02).

Resistência: Tração mínima 500 N e rasgo mínimo 20 N (NBR ISO 13934 e 13937).

Pilling: Grau mínimo 4 após 5 ciclos (NBR ISO 12945).

Acabamento: Anti-pilling, hidrorrepelente e de secagem rápida. Bordas reforçadas com viés em poliéster de 20 mm, aplicado em toda a volta (decote, cavas e barra). Costura com fio 100% poliéster, ponto 301/401.

Cores: até 3 cores a serem definidas durante a solicitação, considerando o tecido principal e os acabamentos.

Dimensões aproximadas: 42 cm de largura × 72 cm de comprimento, admitindo variação de ±2 cm.

Tamanho: Único, expansível por elásticos laterais.

Customizações: Logomarca do IF Goiano aplicada em silk-screen ou sublimação, até 3 cores, frente e costas, conforme arte aprovada pela contratante.

Descrição: Colete bicolor confeccionado em malha Helanca 100% poliéster, leve, resistente e de fácil manutenção. Possui gola careca, laterais elásticas e acabamento reforçado com viés contrastante. Indicado para atividades esportivas, aulas de Educação Física, eventos institucionais, ações de extensão e identificação de equipes, garantindo conforto, ventilação e durabilidade após lavagens sucessivas.

Garantia mínima: 90 dias contra defeitos de fabricação (conforme Código de Defesa do Consumidor).

MODELOS





Item 13 – Coletes Eventos

Modelagem: Colete unissex, sem mangas, gola careca (redonda), com cavas amplas para liberdade de movimento e conforto térmico. Zipper (modelo dente de jacaré) na parte da frente. Tamanhos variados projetados para uso sobre camisetas ou agasalhos.

Tecido principal: Em brim.

Gramatura do tecido: tecido na gramatura 300 g para uso profissional;

Construção: *****.

Estabilidade dimensional: Encolhimento máximo $\pm 2\%$ após 5 lavagens a 40 °C (NBR ISO 6330).

Solidez da cor: Nota mínima 4 à fricção seca/úmida e 5 à luz (NBR ISO 105 – X12, C06 e B02).

Resistência: Tração mínima 500 N e rasgo mínimo 20 N (NBR ISO 13934 e 13937).

Pilling: Grau mínimo 4 após 5 ciclos (NBR ISO 12945).

Acabamento: Anti-pilling, hidropelente e de secagem rápida. Bordas reforçadas com viés com mínimo de 20 mm, aplicado em toda a volta (decote, cavas e barra). Costura com fio 100% poliéster, ponto 301/401.

Cores: até 3 cores a serem definidas durante a solicitação.

Dimensões aproximadas: tamanhos variados conforme demanda. Modelos Unisex.

Customizações: Logomarca do IF Goiano aplicada em silk-screen ou sublimação, até 3 cores, frente e costas, conforme arte aprovada pela contratante.

Descrição: colete para identificação de organizadores em eventos institucionais. Resistente e de fácil manutenção. Possui gola careca, laterais elásticas e acabamento reforçado com viés contrastante. Material de alta durabilidade após lavagens sucessivas.

Garantia mínima: 90 dias contra defeitos de fabricação (conforme Código de Defesa do Consumidor).

MODELOS





IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

LOGO GERAL



CAMPOS BELOS



CATALÃO



CERES



CRISTALINA



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Cristalina



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Cristalina



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Cristalina



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Cristalina



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Cristalina



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Cristalina



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Cristalina



HIDROLÂNDIA



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Hidrolândia



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Hidrolândia



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Hidrolândia



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Hidrolândia



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Hidrolândia



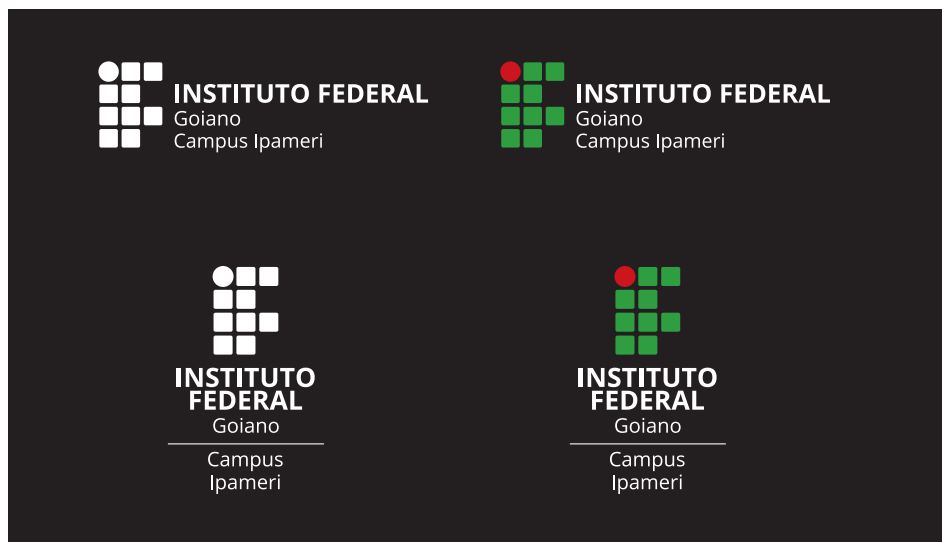
**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Hidrolândia



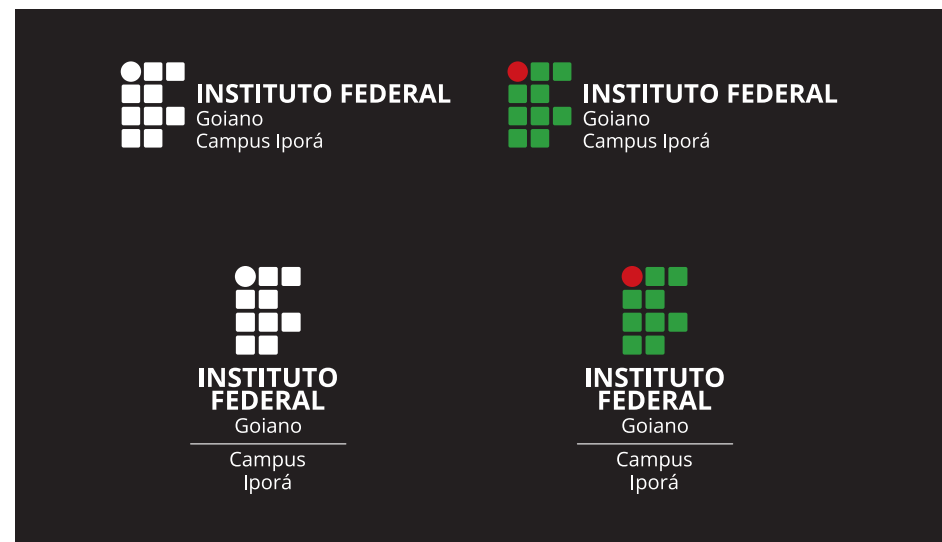
**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiano
Campus
Hidrolândia



IPAMERI



IPORÁ



MORRINHOS



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Morrinhos



POSSE



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



INSTITUTO FEDERAL
Goiano
Campus Posse



RIO VERDE



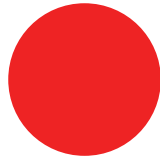
TRINDADE







R50 G160 B65
HEX #2f9e41
C75 M0 Y100 K15
Pantone 362 C



R200 G25 B30
HEX #cd191e
C0 M100 Y100 K15
Pantone 187 C



R0 G0 B0
HEX #000000
C0 M0 Y0 K100
Pantone Process Black C

 @ifgoiano

 @ifgoiano

 ifgoiano.edu.br

 @ifgoiano

 @ifgoiano

 ifgoiano.edu.br

 @ifgoiano

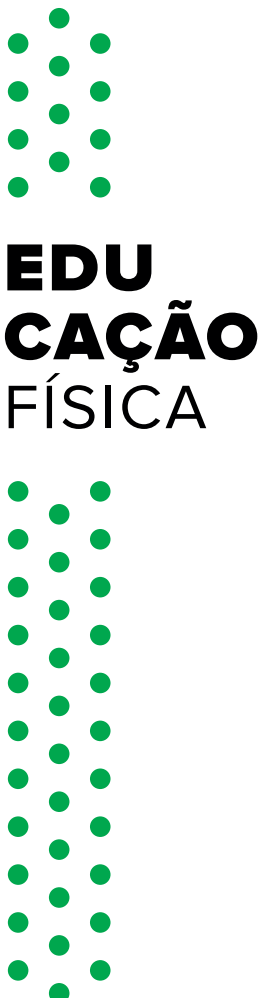
 @ifgoiano

 ifgoiano.edu.br

EDUCAÇÃO
FÍSICA

EDUCAÇÃO
FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA



EDUCAÇÃO
FÍSICA

EDUCAÇÃO
FÍSICA

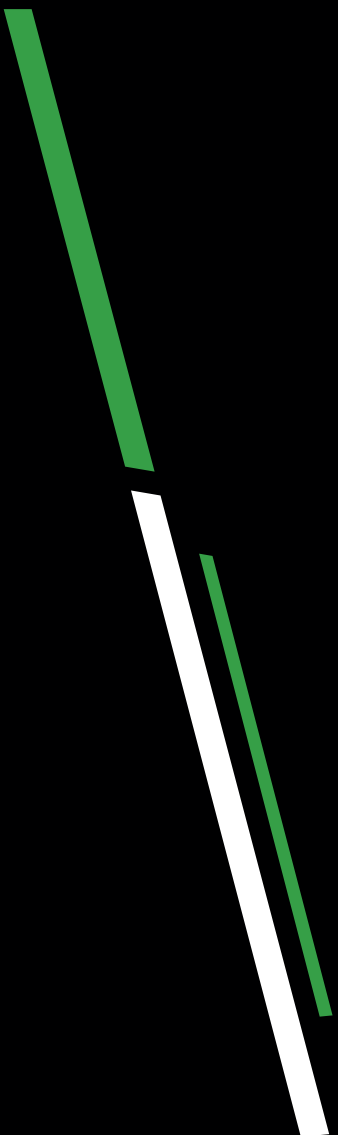
EDUCAÇÃO FÍSICA



.....
**EDU
CAÇÃO**
FÍSICA
.....

IF GOIANO

IF GOIANO



IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

IF GOIANO

MODALIDADE

***AULA DE
CAMPO***

NOME DO
CAMPUS

EDUCAÇÃO FÍSICA

ATLETA

ATLETA





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO**

IF GOIANO
IF GOIANO
IF GOIANO
IF GOIANO
IF GOIANO
IF GOIANO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

(Processo Administrativo nº 23216.002654.2025-12)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Cristalina, com sede na R. Araguaia, 1305 - Lot. 71 - Oeste- Lot. 71, Cristalina - GO, 73850-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.651.417/0009-25, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Eduardo Silva Vasconcelos, nomeado pela Portaria nº 1.653/REI/IFGOIANO, de 14 de março de 2024, publicada no DOU em 15 de março de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1729966, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23216.002654.2025-12 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de vestimentas de identificação institucional, incluindo camisetas, shorts, agasalhos, jaquetas, polos, peças esportivas e coletes, conforme especificações técnicas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Grupo 1: Camisetas Básicas e Polo	1	Camiseta em Malha PV (Uniforme/Eventos)	430185	UND	21.921	R\$ 26,00	R\$ 569.946,00
	2	Camiseta em Malha Modal (Uniforme/Eventos)	430185	UND	5.490	R\$ 116,24	R\$ 638.157,60

	9	Camiseta Polo em Malha Piquet	630235	UND	1.010	R\$ 46,49	R\$ 46.954,90
	13	Coletes (Eventos)	482286	UND	200	R\$ 150,00	R\$ 30.000,00
					TOTAL DO GRUPO:		R\$ 1.285.058,50
Grupo 2: Atividades Físicas e Esportivas	3	Camiseta em Poliamida com Tecnologia DryFit (Atividade Física/Eventos)	480883	UND	3.711	R\$ 20,60	R\$ 76.446,60
	4	Short Masculino	611668	UND	1.180	R\$ 28,00	R\$ 33.040,00
	5	Short Feminino	611670	UND	800	R\$ 20,25	R\$ 16.200,00
	8	Kit Atleta: camiseta personalizada com manga, bermuda, calça e jaqueta com zíper e capuz.	626033	Kit	618	R\$ 250,00	R\$ 154.500,00
	12	Coletes (Atividade Física)	464824	UND	718	R\$ 18,00	R\$ 12.924,00
					TOTAL DO GRUPO:		R\$ 293.110,60
Grupo 3: Agasalhos e Jaquetas	6	Blusão de Frio em Moletom 3 Cabos	630240	UND	1.080	R\$ 99,00	R\$ 106.920,00
	7	Jaqueta de Frio em Moletom 3 cabos com zíper e capuz	487686	UND	4.210	R\$ 114,00	R\$ 479.940,00
					TOTAL DO GRUPO:		R\$ 586.860,00
Grupo 4: Proteção Solar	10	Camiseta Manga Longa com Proteção UV	485481	UND	1.350	R\$ 49,42	R\$ 66.717,00
	11	Camisa Manga Longa UV 50+ (Vestimenta Outdoor)	480169	UND	210	R\$ 201,60	R\$ 42.336,00
					TOTAL DO GRUPO:		R\$ 109.053,00
VALOR ESTIMADO TOTAL:						R\$ 2.274.082,10	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação;*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

OU

2.2. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2.1. ~~A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

2.3. ~~O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

2.4. ~~A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

2.5. ~~O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

2.6. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo – máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*

- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. ~~*Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*~~

OU

- 11.2. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 13.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- e*
- 13.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

OU

~~13.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~13.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~13.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~13.6. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

13.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11.3. Das indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Goiânia-GO**, Seção Judiciária de **XXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Processo Administrativo nº 23216.002654.2025-12

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Cristalina, com sede na R. Araguaia, 1305 - Lot. 71 - Oeste- Lot. 71, Cristalina - GO, 73850-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.651.417/0009-25, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Eduardo Silva Vasconcelos**, nomeado pela Portaria nº 1.653/REI/IFGOIANO, de 14 de março de 2024, publicada no DOU em 15 de março de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1729966, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 23216.002654.2025-12, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de aquisição de vestimentas de identificação institucional, incluindo camisetas, shorts, agasalhos, jaquetas, polos, peças esportivas e coletes, conforme especificações técnicas, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação nº 90008/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO (IF GOIANO - CAMPUS CRISTALINA).

~~3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.~~

OU

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

OU

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podará* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. Quando a adjudicação ocorrer por preço global de grupo de itens, será admitida a contratação e o empenho individualizado de quaisquer itens que compõem o grupo, conforme a necessidade e a conveniência do órgão ou entidade, observado o preço unitário registrado na ata e os quantitativos máximos estimados no Termo de Referência.

11.2.1. A contratação de itens isolados não descaracteriza a adjudicação por grupo, nem gera direito à revisão de preços ou à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do contratado.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é lavrada em meio eletrônico, em único exemplar digital de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, será assinada eletronicamente pelas partes e terá cópia encaminhada aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO V
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU

- 2.3. ~~O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~
- 2.4. ~~A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~
- 2.5. ~~O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~
- 2.6. ~~A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~
- 2.7. ~~A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

2.8. ~~O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a)(data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *60 dias*.

3.1.10 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. *A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.*

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. *O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:*

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17 *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

- 4.1.18 *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
- 4.1.19 *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 4.1.20 *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 4.1.21 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.22 *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 4.1.23 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.24 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.25 *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.26 *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

OU

- 5.4. ~~*A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*~~
- 5.5. ~~*O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*~~
- 5.5.1 ~~*Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*~~

5.6. ~~O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~OU~~

5.7. ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3 Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO VI
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital ~~OU~~ Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/~~Concorrência/Dispensa~~ Eletrônico nº 90008/2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)